Registros que a memória alcança

Obra Coletiva

Formação Sindical

Formação Sindical e

sua importância para o SINESP

sua importância p

Uma visão geral sobre a formação sindical no Brasil

***Formação Sindical:**

Trata da educação oferecida a partir dos Sindicatos, seja ela formação política e sindical, voltada à formação de quadros militantes e dirigentes sindicais e políticos, ou voltada à formação profissional e geral dos membros da categoria.

Analisar a ***formação sindical** é uma tarefa permeada de dificuldades. Primeiro porque a literatura a respeito é escassa. Segundo porque as ações estão pulverizadas em parte dos milhares de Sindicatos existentes no país. Encontrar e estudar essas experiências é tarefa que poucos enfrentaram até hoje. Sabe-se, no entanto, por prática no movimento sindical, que, embora componham uma experiência histórica rica, elas são poucas e, salvo exceções, sem o devido aprofundamento e continuidade. Mesmo em nível mais abrangente, como no caso das Centrais Sindicais, não há projetos duradouros e consistentes, que tenham levado ou levem à formação e consolidação de quadros dirigentes para o movimento sindical.

A formação dos dirigentes sindicais brasileiros acaba se dando de forma empírica. É participando do movimento sindical, das campanhas, mobilizações gerais e nos locais de trabalho, reuniões e greves que os ativistas e militantes aprendem a ser dirigentes sindicais. E é dirigindo sindicatos que aprendem a administrá-los, bem como a discursar, a organizar as campanhas, a cumprir a agenda sindical que se impõe pela data-base e demais demandas corporativas ou mais amplas. E é também pela prática que adquirem a visão de que o Sindicato pode, e às vezes deve, ir além das demandas da categoria e tentar influir nas decisões dos poderes constituídos e até nos rumos do país.

A situação é temerária. Formar-se a partir das práticas não elabora necessariamente o senso crítico. Este exige conhecimento, geral e específico, sobretudo num movimento sindical tão cheio de armadilhas como o brasileiro, com sua estrutura atrelada ao Estado, que tem no centro o imposto e a unicidade sindical. Segundo a visão de alguns atores, essa estrutura traz a semente do imobilismo e da desmobilização, e, para outros, elementos essenciais para garantir um movimento forte e ativo.

***Poucos estudos sobre o assunto**

***Silvia Maria Manfredi** foi uma das poucas professoras universitárias brasileiras que dedicou parte essencial de suas pesquisas às atividades educativas populares, entre elas a formação sindical no Brasil. São dela dois trabalhos raros sobre o tema, estudados para embasar este texto. Silvia possui graduação pela Universidade de São Paulo(1967), mestrado pela University of Colorado(1974), mestrado pela Universidade de São Paulo(1976), doutorado pela Universidade de São Paulo (1983) e pós-doutorado pela Università Degli Studi di Brescia (1993).*

A essa formação no bojo das lutas sindicais e políticas do próprio movimento sindical, canais informais e espontâneos de formação, é necessário que se entrecruzem práticas de capacitação intencionalmente organizadas para tais fins. Experiências de educação sindical e políticas que consolidem a emancipação do dirigente frente ao aparelho sindical e suas peculiaridades, que leve à crítica da prática, da estrutura sindical e da política praticada pelos governos, sobretudo em seus resultados para as classes trabalhadoras. Deixar essa formação por conta e risco de cada indivíduo não leva a resultados

satisfatórios, considerando-se a quantidade e a qualidade dos quadros que o movimento sindical necessita.

Algumas experiências

A história do movimento sindical brasileiro começa junto com o século XX. A mão de obra europeia que aportou em um Brasil de industrialização incipiente trouxe consigo o cabedal de ideias anarquistas. A experiência sindical sob os anarquistas aponta para um conjunto de associações e sindicatos autônomos em relação ao governo, de apoio mútuo e muita luta. Em termos de formação, esse sindicalismo tinha boa iniciativa, concentrada contudo na difusão do ideário libertário, próprio do anarquismo.

A partir da entrada de Getúlio Vargas no poder, na década de 1930, a configuração sofre alterações. Inspirado no modelo implantado na Itália fascista de Benito Mussolini, Getúlio alterou a legislação sindical do país com o firme propósito de tornar os Sindicatos um braço do Estado, instalando o chamado sindicalismo corporativo. Para o sucesso de tal intento, a cooptação dos dirigentes sindicais era condição. Para tanto, o governo de Getúlio Vargas imprimiu ao Estado um caráter paternalista, passando a fazer concessões como a criação do salário mínimo. Criou também a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), além do imposto e da unicidade sindical, para garantir base e recursos para a manutenção dos Sindicatos, independente da arrecadação com mensalidades.

A partir de 1943, o governo Getúlio, através do Ministério do Trabalho e de outros órgãos, passou a ministrar cursos de formação de dirigentes sindicais, em que a capacitação dos participantes na nova legislação era prioridade. A formação dos trabalhadores de forma mais ampla se dava a partir de programas de rádio e de jornais, também efetivados pelo governo, como o "Boletim do Trabalhador", publicação especializada destinada às classes trabalhadoras, com tiragem de 250 mil exemplares. Esse boletim tinha o objetivo de "esclarecer" os trabalhadores sobre tudo o que se relacionava com a legislação sindical,

havendo reportagens diversas sobre a vida sindical no país, afirma **Silvia Manfredi** em seu livro "Formação Sindical no Brasil".

Essa característica da formação sindical orientada por órgãos oficiais durou até o golpe militar de 1964, a partir do qual a repressão ao movimento foi a arma escolhida pelo poder. **Silvia Manfredi** relata, em seu livro "Educação Sindical entre o confronto e a crítica", práticas de educação sindical levadas a efeito no país a partir dos anos 60. Constata que em toda a década de 1960 sobressaem-se as práticas efetuadas pelo Estado, através do Ministério do Trabalho, ou mesmo por outras instituições governamentais. "*Nesse sentido, os cursos de capacitação para dirigentes funcionavam (virtualmente) como canais de reprodução da ideologia dominante, onde a educação constituía uma dentre os vários instrumentos de perpetuação de uma estrutura sindical controlada pelo Estado*".

Na mesma perspectiva de influência ideológica sobre os trabalhadores, Manfredi assinala o intento das Confederações (CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, CNTT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e CNTTMAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos) em legalizar a filiação sindical às organizações internacionais CIOSL (Confederação Interamericana das Organizações dos Sindicatos Livres) e ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores), que por sua vez também se preocupavam em organizar cursos de capacitação de dirigentes como uma forma de controle político e ideológico do movimento sindical.

Outra tentativa maior dos grupos socialmente dominantes de criar mecanismos para o controle dos movimentos sindical e popular, na década de 1960, se deu através do IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais / Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Esses institutos apoiavam financeira e tecnicamente organizações que desenvolviam atividades visando à doutrinação e controle do movimento sindical.

A essas iniciativas conservadoras se opunham às correntes classistas do movimento operário e sindical. Essas correntes usavam a imprensa sindical para difundir ideias e ideologias. E os partidos que estavam por trás delas, como os

PCs, o PTB e o PSB, organizavam cursos de formação que, por sua vez, estavam mais direcionados à formação política de militantes dessas organizações. Esses cursos partidários passaram a ter alcance muito restrito após o golpe militar/civil de 1964, devido ao ambiente de restrições democráticas que se instalou e percorreu todo o período ditatorial.

Alguns Sindicatos grandes, como o dos Metalúrgicos de São Paulo, organizavam cursos próprios sobre legislação sindical e profissionalizantes, e, como parte do conteúdo, colocavam palestras sobre história, organização e ação do movimento sindical. Pode-se dizer, de uma maneira geral, que o investimento em cursos de capacitação sindical para os trabalhadores de base eram quase inexistentes. Tudo ficava muito mais por conta do próprio interesse do trabalhador.

A igreja católica também teve atuação na esfera da formação sindical, desde os anos 1960. Ela tem a ver, sobretudo, com a atuação de padres e militantes católicos que buscavam desenvolver uma maior influência da igreja sobre as classes trabalhadoras. Essa atuação, em parte de luta contra as desigualdades e por justiça social, carregava sempre conteúdos religiosos. E sempre houve divisão entre grupos leigos, de orientação mais esquerdista, e as iniciativas da cúpula da igreja, de caráter mais conservador, que inclusive, em 1964, se posicionou ao lado dos golpistas. Merecem destaque entre os movimentos da igreja católica que tiveram importância no movimento trabalhista e sindical a JOC (Juventude Operária Católica) e a ACO (Ação Católica Operária), que atuaram desde o começo da década de 1960 até o final da década de 1970. A partir de então ganha projeção as ações da Pastoral Operária, que duram até os dias atuais.

Uma experiência interessante surgida na década de 1960 foi a Frente Nacional do Trabalho. Ela foi impulsionada por um grupo de trabalhadores, advogados, padres e estudantes que vinham atuando no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, com sede em Perus. A ideia foi fundar um movimento que pudesse atender às necessidades de formação, e outras, de trabalhadores de várias categorias. Sua ação era, sobretudo, baseada na doutrina social cristã. Assim, a FNT organizou-se como uma entidade parassindical, plasmada por uma perspectiva de sindicalismo cristão, que procurava nuclear, orientar e capacitar trabalhadores para atuarem organizadamente

não só nos Sindicatos, mas principalmente no nível do movimento operário-sindical. Essa entidade existiu por 20 anos, como uma prestadora de serviços educacionais e jurídicos a diversas entidades. Em sua constituição manifestaram-se, sobretudo a partir de 1978 e 1979, devido à mudança da conjuntura política do país, três tendências: uma cristã, uma anarquista e outra socialista. Essas tendências se expressavam por meio das visões passadas nos cursos de formação. Mas a FNT nunca esteve ligada aos partidos políticos da época, nem tampouco à hierarquia da igreja católica. Em toda sua fase de atuação, baseada majoritariamente no período da ditadura militar no país, a FNT não logrou resultados duradouros e consistentes que produzissem dirigentes destacados nem conduzissem a movimentos fortes na história das lutas sindicais, sociais e políticas do país, nem no confronto com a repressão da ditadura.

Outra experiência digna de nota foi o Instituto Nacional do Trabalho (ICT). Fundado em São Paulo, em abril de 1963, a partir da iniciativa de um grupo de sindicalistas brasileiros e um americano, o ICT organizou cursos de liderança sindical ministrados por profssores universitários e advogados que já traziam experiências de outros órgãos orientados à formação política e sindical. Os recursos financeiros que sustentavam o órgão vinham basicamente do empresariado americano, da AFL-CIO (entidade máxima do sindicalismo americano) e do Programa Aliança para o Progresso, segundo Silvia Manfredi no livro "Formação Sindical no Brasil". Ainda segundo a autora, o ICT foi constituído como uma agência de capacitação que visava a difundir uma orientação político-sindical anticomunista e antipetebista, as principais correntes partidárias que, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 influenciavam as organizações sindicais e se ocupavam, ainda que timidamente, da educação de seus agentes.

Em todos os seus anos de atuação, também o ICT, talvez pelos seus objetivos explícitos e implícitos, não gerou uma quantidade de quadros para o movimento sindical que mereça destaque nem influenciou decisivamente na vida política do país.

As grandes lutas a partir de 1978 e as Centrais Sindicais

A partir de 1974, ganha destaque o Sindicato dos Metalúrgicos de São Ber-

nardo do Campo, que nesse ano realizou seu 1º Congresso, sob a presença de um forte aparato policial. Até 1978, foram realizados três Congressos por esse Sindicato. Em todos, ficou demonstrado, a partir de suas resoluções, grande preocupação com a formação sindical. Essas resoluções apontam para a realização de cursos de capacitação sindical "englobando toda e qualquer matéria que possa influenciar positivamente na vida do Sindicato e dos Trabalhadores em geral". Os objetivos eram reaglutinar os militantes sindicais dispersos pela ação da ditadura e incentivar uma maior participação dos trabalhadores de base.

Algo novo nas propostas surgidas nos Congressos dos Metalúrgicos é a abertura de uma perspectiva de educação sindical nascida dos próprios dirigentes e militantes sindicais, tendo em vista as necessidades específicas do próprio movimento. Essa nova tendência é gestada durante o período de resistência à ditadura militar e vai se reavivar a partir de 1978, com as greves de 1978 e 1979 e o ascenso do movimento sindical. Ela, contudo, não se torna dominante, e vai conviver com os antigos modelos, que persistem.

As greves de 1978 e 1979, em São Bernardo, suscitaram uma grande mobilização também na base dos Metalúrgicos de São Paulo, impulsionada e dirigida majoritariamente pela Oposição Sindical, e em várias categorias em outros estados, inclusive categorias de servidores públicos. Essa mobilização trouxe consigo o ascenso do movimento de massas em todo o país, que foi um dos fatores que levaram à queda da ditadura civil-militar e à instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

Esse movimento surgido a partir de 1974, e fortalecido nas lutas de 1978 e 1979, deu origem ao que se convencionou chamar de "novo sindicalismo", em contraposição ao modelo implementado pela ditadura, ou "velho sindicalismo", de caráter corporativista, assistencialista, paternalista e dependente. Esse novo sindicalismo se estrutura sobretudo com a união do sindicalismo de São Bernardo e inúmeros outros Sindicatos de diversas categorias em todo o país que seguiram a tendência, mais o movimento das oposições sindicais, que também teve um caráter nacional e combatia as velhas lideranças implantadas pela ditadura, muitas delas através da intervenção e destituição de diretorias eleitas.

Junto com essa novidade vem outra, que é o aumento da incidência de cursos de formação sindical mais voltados às necessidades das entidades sindicais, com temáticas ligadas à política econômica e social do Estado, à estrutura sindical brasileira e à formação de quadros. Além disso, aumenta o número de encontros e congressos de categorias específicas de trabalhadores. Ressalta-se, contudo, que esse aumento ainda é pouco expressivo do ponto de vista quantitativo. E também está ainda muito voltado aos quadros dirigentes, sem uma abrangência que atinja os trabalhadores de base e possam promover um amplo fortalecimento da consciência sindical e política. Vê-se aí que o problema da capacitação também está relacionado com a manutenção de esquemas de monopólio de informação e de controle do poder no interior de cada entidade sindical.

Uma das posições do novo sindicalismo assentava-se na crítica à estrutura sindical oficial, atrelada ao estado e dependente deste. A proposta apontava para um sindicalismo independente dos partidos e do Estado, organizado a partir da base, com comissões e representações de base. Um dos resultados dessa proposta de ruptura com a estrutura sindical vigente, atrelada ao Estado através do imposto sindical e da necessidade de reconhecimento deste para a existência legal, era a construção de uma central única dos trabalhadores. A existência da central, naquele momento, não era reconhecida pela legislação e constituía uma possibilidade de articular o movimento sindical de forma unitária, a partir de uma única entidade aglutinadora, para lutas nacionais e defesa dos interesses dos trabalhadores. A proposta foi encaminhada a partir de debates com todas as correntes que atuavam no movimento sindical brasileiro. O ponto alto desse debate foi a realização da 1ª CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), em 1981, da qual resultou a constituição de uma comissão pró-CUT.

O congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores, CUT, foi realizado em 1983. Essa primeira central criada no período pós-64 (antes de 1964 existiram algumas iniciativas), de cuja articulação participaram amplos expoentes ativos no movimento sindical brasileiro, foi lançada contudo com a participação somente dos Sindicalistas de São Bernardo e seguidores de seu modelo Brasil afora, das oposições sindicais e de grupos da esquerda marxista. Assim, nos anos subsequentes surgiram outras centrais constituídas pelos

grupos que ficaram fora da CUT, como a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros), a Força Sindical e mais recentemente a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e a Nova Central. A CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) e a Intersindical foram fundadas por grupos dissidentes da CUT.

***DIEESE**

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955. Ainda hoje tem em sua diretoria componentes eleitos entre os Sindicatos filiados. Desenvolve pesquisas que fundamentam as reivindicações dos trabalhadores frente a empresários e governos, bem como trabalhos relacionados a emprego, renda, negociação coletiva, desenvolvimento, políticas públicas. Está presente em 17 Estados da Federação e tem seções em cerca de 50 entidades sindicais de trabalhadores.

A escola sindical do DIEESE teve influência sobre o modelo de formação desenvolvido pelas Centrais Sindicais. Ela funcionou a partir de 1984, com a criação de um *staff* de técnicos. Essa iniciativa concentrou-se no Programa de Formação de Monitores, estabelecido como uma das prioridades a partir de consultas feitas com entidades filiadas. Essa escola sindical ocupou-se da formação de formadores até 1991, tendo ministrado 44 cursos com 1.071 participantes. A partir de 1987/88, ampliou-se a oferta de seminários e outros cursos, reduzindo a atuação no campo da formação de formadores. Isso se deu por problemas internos (dificuldades financeiras, mudança de direção técnica e sindical, redução na equipe de educação) e externas (redefinição do campo de força das tendências políticas no interior do movimento sindical e estruturação de programas formativos por parte das Centrais Sindicais).

No ano de 2006, o ***DIEESE** deu início ao projeto para viabilizar o que veio a se chamar Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, com a perspectiva de desenvolver cursos sobre "questões relacionadas ao trabalho na sociedade contemporânea, sob a ótica da classe trabalhadora".

Segundo sua direção, "configura uma proposta que pretende legitimar o conhecimento e a experiência dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, possibilitar a inserção do aluno no mercado de trabalho em diversas atividades profissionais, com conhecimentos teóricos e práticos para interpretar a realidade e elaborar alternativas para uma sociedade em permanente mudança". Hoje a Escola do DIEESE oferece Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho.

Com a criação e consolidação das Centrais Sindicais no país, abriu-se a perspectiva e criou-se bastante expectativa de que a formação sindical deslancharia a partir dessas grandes estruturas sindicais. Mas não foi bem isso o que se viu. As iniciativas existiram, mas não lograram grandes efeitos. Ficaram mais no campo da divulgação do ideário / projeto político e sindical das centrais, como forma de expandir bases e se consolidar.

A CUT foi mais longe que as demais centrais. Chegou a ter a formação definida em Congresso como uma das cinco áreas prioritárias de atuação. Também foi aprovada a orientação de construir uma formação democrática, que permitisse a participação de todas as entidades da estrutura cutista, com objetivo de contribuir para que os trabalhadores pudessem ter uma visão crítica do mundo e das relações sociais. A CUT chegou a abrir centros de formação pelo país (como o Instituto Cajamar, fundado nesta cidade paulista em 1986), que não foram em frente. O que restou foi que a proposta de formação da central não logrou a abrangência que se esperava, não sendo capaz de evoluir a um modelo de educação alternativa, nem de superar a autopropaganda e a preocupação inerente de manter e expandir domínios.

A Força Sindical, segunda maior central do país, surgida bem depois da CUT, também chegou a construir seu instituto de formação. Mas também não teve um grande desempenho no que tange à educação sindical. Os projetos mais vitoriosos desenvolvidos pela central ao longo dos anos tem a ver com educação alternativa e não com educação de trabalhadores para a atuação no movimento sindical.

Formação: uma das marcas mais fortes do SINESP

O SINESP nasceu de uma forte necessidade dos Gestores da Educação Municipal de São Paulo de ter um Sindicato que os representasse de fato. As experiências históricas deixaram claro que, organizados com os demais servidores da educação, não havia espaço para as manifestações da categoria, muito menos para a garantia da defesa de interesses desses trabalhadores. Por isso, em 1992, no bojo da ampla reconstrução por que passou o movimento sindical de servidores públicos no país, por conta da permissão para a organização em Sindicatos dada pela Constituição de 1988 (que passou a vigorar em 1989), surge o SINESP.

Alguns fatores estiveram na raiz desse nascimento, como a já citada necessidade de se expressar e ter garantia de luta por direitos específicos, a defesa da carreira, atacada pela prefeitura com a proposta de eleição para o cargo de diretor de escola, e a necessidade de ter um espaço maior para o debate das questões pedagógicas e para a formação. Pode-se dizer que o SINESP já nasceu preocupado com a formação, antes de tudo porque a categoria que representa tem necessidade de formação continuada, pedagógica, administrativa e política, devido ao caráter do trabalho dirigente que executa à frente das unidades da Educação Municipal.

A realização de um trabalho sério, dedicado, alicerçado em informação pedagógica e administrativa é base, também, para um bom trabalho sindical. O SINESP quer que o Gestor tenha possibilidade de melhorar sua formação para refletir sobre sua prática, fortalecer seus argumentos, para reivindicar, propor, agir e atuar. E está seguro de que o Gestor tem de ter uma gestão democrática com uma boa prática na escola, para assim conquistar a admiração e a confiança da comunidade e dos colegas, que são caras à sua atuação sindical, como organizador da categoria, de suas reivindicações e lutas. O Gestor que atua de forma diferenciada como verdadeiro líder de uma escola e ajuda a criar excelência na Educação Municipal é respeitado, tem respaldo dos colegas para cumprir papel dirigente também na área sindical. É por tudo isso que o SINESP acredita que os Gestores precisam de formação e se empenha para oferecer boas alternativas nessa área.

A formação no início

Nos primeiros anos após a fundação do SINESP, a formação oferecida pela prefeitura funcionava a partir da constituição de grupos para estudar determinados temas. E era mais voltada ao professorado, ou seja, um tipo de formação por segmento que não atingia a todos. O Gestor estava negligenciado, em parte por um resquício do período de ditadura, do qual o país acabara de sair com um grande trauma e avesso a toda forma de autoridade. O Gestor, por ser dirigente, foi como que colocado de lado, o que configura um erro grosseiro, tendo em conta a importância do trabalho em equipe e da gestão para o sucesso desse trabalho e, consequentemente, da escola pública.

Talvez por essa característica da formação proposta pela administração naquele momento, e pelo fato dos Gestores estarem de fora, o SINESP debutou na área da formação com iniciativas que se deram por segmento. Como o Encontro de Coordenadores Pedagógicos, realizado em novembro de 1993 e repetido em outubro de 2003, e o Encontro de Assistentes de Diretor, realizado em novembro de 1994. Os encontros de Diretores e Supervisores foram mais numerosos e se deram em 1994 e 1996 e depois anualmente de 2000 a 2007.

O Congresso

Uma grande iniciativa da primeira Diretoria do SINESP foi criar o Congresso da categoria. A princípio ele foi idealizado para ocorrer de 2 em 2 anos e ser um espaço para a formação da categoria, além de ter o importante papel de colocar em debate as conjunturas internacional, nacional e municipal para, a partir desse debate, definir os princípios a serem defendidos e as ações a serem

desenvolvidas pela Diretoria à frente da entidade.

Assim se deu por quatro edições, sendo a primeira em 1994. A partir de 2000, uma importante modificação estrutural teve efeito. O Congresso passou a ser anual e a apresentação de teses para debate foi abolida. A retirada do debate de teses teve como motivadores o excessivo tempo que ele tomava para leitura, discussão e votação. Em lugar desse debate prolixo foi difundida a apresentação de princípios e de propostas de lutas e ações sindicais, divididos em quatro eixos temáticos: Pensando sobre o Currículo; Valorização do Trabalhador; Riqueza da Diversidade e Gestão Educacional. Estes eixos são debatidos e votados ano a ano, como forma de orientação à ação sindical.

A anuidade e a nova forma de encaminhar o Congresso abriu um espaço substancioso para a formação da categoria. Ao longo dos anos ele foi preenchido brilhantemente pelas sucessivas Diretorias do Sindicato. Em parte porque os temas dos Congressos são demorada e cuidadosamente estudados para que tragam à categoria os debates que estão na ordem do dia, por um lado, e que correspondem às expectativas e necessidades dos Gestores em seus afazeres diários, por outro. E também porque a Diretoria faz enorme esforço, inclusive financeiro, para trazer os mais renomados, atualizados e preparados palestrantes (no final deste capítulo o leitor encontrará uma lista com os palestrantes e cursistas que estiveram com o SINESP e seus filiados nesses mais de 20 anos). O Congresso do SINESP se consolidou como o momento máximo da categoria, em termos de formação profissional e política e de debate e proposição de lutas, que são encaminhadas pela Diretoria no período entre congressos. Talvez esse seja o motivo que tem levado a sucessivos recordes no número de participantes no evento.

O Fórum Sindical e Educacional

O Fórum nasceu um ano após o Congresso, dedicado à formação sindical, para ocupar o espaço aberto pela legislação municipal para esse tipo específico de formação. Mas logo o termo educacional foi agregado ao nome, bem

como as palestras relacionadas à formação pedagógica, com vistas sobretudo à pontuação que, com a modificação, passou a ser permitida pela participação nesse evento.

Ao longo dos anos, o Fórum mostrou personalidade própria pela sua característica formadora, com estrutura e objetivo centrado no aprofundamento da discussão de determinado tema, firmando-se como um pequeno Congresso pelo tempo menor de sua realização (quatro dias para o Congresso e dois para o Fórum).

A abrangência dos temas e a qualidade dos palestrantes guarda reciprocidade com o Congresso, pois a preparação do fórum também passa por criteriosa análise da Diretoria, em busca dos temas mais apropriados a responder as necessidades dos gestores e a colocar em debate as questões mais atuais. Um exemplo da atualidade dos debates e da vocação para a formação sindical pode ser explicitado pelo Fórum realizado em 1999, "Previdência e Providências", num momento em que a reforma da previdência e os prejuízos que ela traria aos trabalhadores estava na ordem do dia, bem como a necessidade de organizar a luta para evitá-la.

Cursos, palestras e outros

Além do Fórum e do Congresso, o SINESP oferece ao longo dos anos cursos, palestras, conferências, jornadas pedagógicas, encontros por segmento e seminários para seus filiados. O objetivo é sempre fortalecer a formação da categoria.

Para citar alguns exemplos desses momentos específicos, pode-se lembrar as conferências internacionais do Prof. Gilles Brougère, no dia 02 de agosto de 2006, de António Nóvoa, no dia 24 de agosto de 2011, da Dra. Alicia Fernándes, no dia 22 de maio de 2012, de Philippe Perrenoud e Monica Thurler no dia 22 de maio de 2013. Ou ainda um número variado de cursos temáticos, em parceria com instituições de ensino ou com a contratação de profissionais

renomados, como o curso "A contribuição da Neurociência para a prática educativa", com a Profª, pesquisadora e neurocientista Elvira de Souza Lima. Bem como palestras, como as realizadas para preparar os interessados em prestar concursos para gestor, com autores da bibliografia exigida e profissionais que lidam com ela no dia a dia. Ou ainda os seminários, como o "Pra começo de conversa", direcionado a ingressantes na carreira, que foi realizado em várias ocasiões, sempre com grande sucesso. Merecem destaque também os cursos realizados anualmente pelo Sindicato em comemoração ao Dia da Consciência Negra, com temas voltados a esse universo. E os Cursos EAD (*on-line*), inciados em 2013 com muito sucesso, que têm constituído uma tendência cada vez mais forte na formação oferecida pelo SINESP à categoria.

Formação nas reuniões de RELTs e do CREP

O SINESP tem em sua estrutura duas instâncias democráticas voltadas à organização da categoria, a proporcionar um contato direto da Diretoria com sua base de representação e os problemas por ela enfrentados no trabalho diário, e à tomada de decisões para ações sindicais e políticas. Trata-se dos RELTs – Representantes dos Locais de Trabalho – e do CREP – Conselho de Representantes.

Essas duas instâncias são renovadas anualmente através de eleições. No caso dos RELTs, eles são eleitos diretamente nas unidades de trabalho pelos trabalhadores sindicalizados da categoria, numa proporção que permite a escolha de mais de seiscentos Representantes por ano. Esses representantes eleitos, na primeira reunião do ano realizada com a Diretoria do Sindicato, elegem entre eles os que farão parte do CREP, o Conselho de Representantes do SINESP.

Uma vez eleitos, os RELTs participam de seis reuniões com a Diretoria do Sindicato durante o mandato de um ano, enquanto os Conselheiros participam destas e de mais quatro específicas para o CREP. Além da apresentação de um balanço das ações desenvolvidas pelo Sindicato e do levantamento de problemas que exigem novas ações, nessas reuniões a Diretoria reserva sempre

um espaço para a formação de Representantes e Conselheiros. Essa formação tanto é Sindical, com palestras voltadas a questões específicas da ação sindical e política e das relações de trabalho, bem como a conjuntura e estrutura econômica do país, como é pedagógica, com palestras que tratam de aspectos do fazer educacional.

A importância da Imprensa Sindical

JORNAL DO SINESP

PERDA SALARIAL EM MARÇO/93

Especialistas em Educação mobilizados para Campanha Salarial

Assembléia vota proposta do novo Piso para especialistas

Assembléia Revalorização da Tabela, em breve.

Compare índice do DIEESE com índice pago pela prefeitura

Jornal SINESP – maio de 1993

SINESP Sinesp Jornal

Sindicato exige retirada do PL da Previdência

Ótimas opções de presente no Bazar de Natal do SINESP

Confraternização 2015

Comunidades da Zona Leste vão à Assembleia Legislativa

SINESP relembra as principais atividades do ano que termina

Jornal SINESP – dezembro de 2015

A importância da imprensa sindical ficou evidente na pesquisa feita para a composição deste livro. A maior parte dos dados foram buscados e encontrados nas publicações do SINESP. Nelas estão os registros, se não de todas, da maioria das atividades desenvolvidas pela entidade. Além disso, como fazer

comunicação é fazer política, nas publicações de um sindicato é possível verificar as decisões e ações políticas das diretorias, uma vez que elas constituem o espaço privilegiado para a divulgação das lutas, das iniciativas de organização da categoria, das ações sindicais e de formação, enfim, de tudo que acontece e é realizado pelo Sindicato.

Por isso a imprensa ganha relevância e acaba sendo vista como prioritária na medida em que vai se formando sindical e politicamente. Um reflexo disso é o compromisso assumido com a periodicidade dos veículos impressos e com o dinamismo dos digitais. Bem como o compromisso de expressar, nas coberturas e publicações, as ações e decisões das diretorias, mas também a *expertise* dos profissionais que a fazem e, sobretudo, o pensamento, a linguagem, os problemas e os anseios dos trabalhadores.

A abrangência dos temas tratados, com abordagem da microrrealidade da categoria e do contexto em que ela se desdobra, local, nacional e internacional, dá a dimensão do amadurecimento que o Sindicato adquire ao fazer sua imprensa e de sua preocupação com a formação política dos trabalhadores, que é indispensável para fortalecer a própria ação sindical.

O SINESP, nesses seus 25 anos de vida, projeta uma trajetória com essas características. Sua imprensa nasceu com boletins esporádicos, feitos pelos dirigentes e em acordo com as imposições da realidade. Evoluiu aos poucos, passando a ser feita pelos diretores de imprensa com o apoio de um profissional de comunicação. Hoje, o Sindicato tem uma imprensa regular, com um jornal mensal, publicação de boletins, cartazes, revistas e um *site*.

Um dos elementos exigidos para um jornal, sindical ou não, merecer esse nome é a periodicidade, que o SINESP sabe respeitar e priorizar. Nisso, grande parte dos Sindicatos pecam. Sem periodicidade é difícil fidelizar o leitor, dar continuidade aos temas e propiciar aquele gosto de quero mais, que faz com que o filiado espere com atenção a próxima edição do jornal, ou acompanhe o *site* do Sindicato para saber as novidades. O SINESP é um dos poucos Sindicatos do funcionalismo municipal de São Paulo, se não do país, a manter um jornal com periodicidade definida, entregue na casa dos filiados e nas unidades de trabalho, ao lado de um *site* dinâmico e atualizado.

O *site* do SINESP nasceu feito por um de seus diretores, com característica de *blog* e mais voltado a publicar a legislação de interesse dos Gestores Educacionais. Depois disso, passou por duas versões que o ampliaram e profissionalizaram. Hoje, em sua terceira versão, é abrangente e atualizado, constituindo uma importante ferramenta de comunicação entre o Sindicato e a categoria, sobretudo para aquelas informações que exigem maior agilidade.

A imprensa do SINESP também produz algumas revistas. Uma delas é a Revista Pedagógica, que está em sua 8ª edição e traz textos compilados de conferências e palestras proferidas em seus congressos, fóruns, cursos, entre outros. A revista do Retrato da Rede, que conta com nove publicações, leva a público uma pesquisa qualificada realizada junto aos Gestores Educacionais sobre as condições de trabalho na Rede Municipal de Educação. Já a Revista do ISPAN, que teve sua primeira edição em 2014, resulta de pesquisa qualificada direcionada a levantar as práticas antissindicais da administração municipal. Outra publicação, a revista "20 Anos de Lutas e Conquistas", marcou a atuação do Sindicato nesse período.

O Sindicato publicou também o livro "A Memória Brinca", com coordenação de Antônio Gil Neto e apoio da Imprensa Oficial do Estado. Ele conta a história dos 50 anos da educação municipal de São Paulo, a partir da visão e das experiências de quem viveu o processo de construção. O acesso à memória viva foi facilitado com a realização de "cirandas da memória", que envolveram centenas de educadores e forneceu vasto material para ajudar os escritores.

No momento em que este livro é escrito, a imprensa do sindicato vive a expectativa de ampliar a equipe para dar conta das múltiplas tarefas com qualidade. Também visa a ampliar sua atuação, com a produção de audiovisuais e reportagens escritas e em vídeo, nos locais em que os eventos a serem noticiados acontecem. O uso das redes sociais é outro desafio a ser enfrentado pela equipe da imprensa sindical, uma vez que elas vão se tornando cada vez mais soberanas no processo de distribuição de informações, com migração de veículos impressos e televisivos para o ambiente digital.

Imprensa e formação da categoria

A imprensa sindical desde sempre funciona como um instrumento de formação dos trabalhadores. Antes de tudo, pelo fato de trazer nas páginas de seus jornais, revistas e *sites* os problemas que as categorias vivem no seu dia a dia, explicitados e com formas e propostas de ações. E também por conter, em muitos momentos, artigos que contemplam questões políticas, econômicas, históricas e uma série de outros temas que ajudam a formar nos leitores a consciência de grupo, de classe e de solidariedade, que o movimento sindical precisa para colocar o setor que representa em ação para defender seus direitos e conquistar novos.

Na verdade, toda forma de imprensa "forma" seus leitores. A isenção e a imparcialidade que a imprensa empresarial diz praticar, não passa de um mito. A imprensa em geral, em suas coberturas, toma partido, escolhe lados, difunde visões de mundo, cria e cristaliza consciências. Mas ela tem de dizer que é isenta e imparcial, como forma de sustentar o mito da credibilidade. E para parecer que é, usa truques já bem estudados pela semiótica, como efeitos específicos de linguagem (ver, por exemplo, o livro "A Mídia e seus truques" do Prof. Nilton Hernandez, que elucida mecanismos usados pela imprensa empresarial para gerar a impressão de neutralidade e imparcialidade).

Em várias partes do mundo, os meios de comunicação já não compartilham essa hipocrisia. Eles assumem posições, e, com isso, tornam-se muito mais críveis que seus parentes brasileiros. É comum, em países como nos EUA, os principais veículos escolherem e defenderem seus candidatos nas eleições. Até na Argentina isso acontece, com o Clarin sendo claramente antigoverno (durante o governo de Cristina Kirchner). No Brasil, persistirá a farsa da imparcialidade até que os leitores entendam que ela não existe.

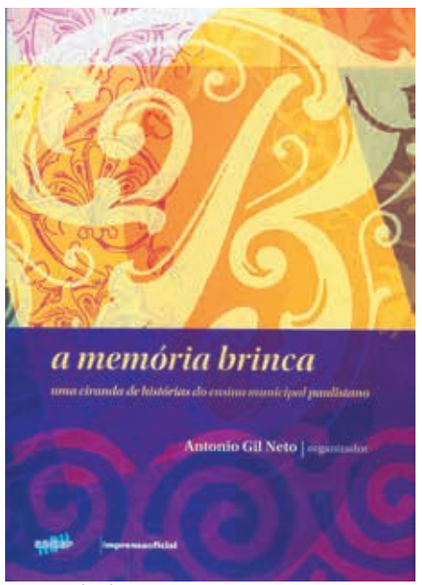
Sobre a suposta imparcialidade da mídia

As mensagens e as estruturas criadas, formatadas e difundidas nos veículos e nas redes de comunicação multimídia passam por um processo de construção de significado. Entre o fato e a versão jornalística que se divulga, há todo um processo de percepção e interpretação que é a essência da atividade dos jornalistas e elimina, por si, a possibilidade de ser imparcial. Cada mente humana individual constrói seu próprio significado, interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, processamento mental que é condicionado pelo ambiente da comunicação. A construção de significado passa, portanto, pela ética dos cidadãos comprometidos em desempenhar a função jornalística e, sobretudo, pelos interesses econômicos, sociais, culturais e políticos de quem decide a linha editorial da publicação.

A imprensa sindical não precisa fazer de conta que é isenta. Ela toma partido e defende os trabalhadores representados pelo Sindicato, e os trabalhadores em geral, sempre. E nem por isso deixa de ter credibilidade. Ao contrário, em várias categorias os órgãos de comunicação do Sindicato gozam de grande aceitação e respeito pelos trabalhadores. Mas, para que isso aconteça, o Sindicato tem de ter na comunicação uma prioridade e praticar um jornalismo responsável e criterioso, consciente de que com isso pode, a partir de suas publicações, interferir no inconsciente coletivo e formar parte do ideário político dos trabalhadores da categoria que representa, que de outra maneira permanecerão à mercê da mídia hegemônica, claramente pró-capitalista, neoliberal e contrária ao trabalhador.

RevistaPedagógica 2003

RevistaPedagógica 2006



Capa do livro:
"A memória brinca" 2008

Revista Pedagógica 2010

Linha do tempo: alguns eventos e ações de formação do SINESP

Conferências

•Conferência internacional: Prof. Gilles Brougère

02 de agosto de 2006 – Teatro Gazeta

•Conferência internacional: António Nóvoa, em reunião de RELTs, no dia 24 de agosto de 2011, e no 18º Congresso do SINESP, em 23 de setembro de 2014 – OBS: essas e as demais conferências foram realizadas no Teatro Gazeta.

•Conferência internacional: Alicia Fernández em reunião de RELTs

22 de maio de 2012

•Conferência internacional: Juan Cassasus, no 16º Congresso do SINESP
23 de outubro de 2012

•Conferência: Yves de La Taille, no 11º Congresso do SINESP, 2007

•Conferência: José Miguel Wisnik, no 12º Congresso do SINESP, 2008

•Conferência: Roberto Romano, no 13º Congresso do SINESP, 2009

•Conferência: Mário Sérgio Cortella, no 15º Congresso do SINESP, 2011

•Conferência: Cesar Nunes, no Fórum Sindical e Educacional do SINESP, 2012

•Conferência internacional: Philippe Perrenoud e Monica Thurler em reunião de RELTs de 22 de maio de 2013

•Conferência: José Sérgio Fonseca de Carvalho, no 16º Congresso do SINESP, 2013

•Conferência: Renato Janine Ribeiro, no 17º Congresso do SINESP, 2013

•Conferência internacional: António Nóvoa, no 18º Congresso do SINESP, 2014

•Conferência: Luiz Carlos de Freitas, no Fórum Sindical e Educacional do SINESP, 2014

•Conferência: Gabriel Perisé, no 18º Congresso do SINESP, 2014

•Conferência: Júlio Furtado, no Fórum Fórum Sindical e Educacional do SINESP, 2015

•Conferência: Leo Fraimam, no Fórum Fórum Sindical e Educacional do SINESP, 2015

•Conferência: José Álvaro Moisés, no 19º Congresso do SINESP, 2015

•Conferência: Cesar Nunes, no 19º Congresso do SINESP, 2015

•Conferência: Antônio Augusto de Queiroz, no Fórum Sindical e Educacional do SINESP, 2016

•Conferência: José Pacheco, no 20º Congresso do SINESP, 2016

Congressos

"Escola Pública virada para o Século XXI"

10, 11 e 12 de agosto de 1994 - Faculdade Oswaldo Cruz

"Educação contemporânea: desafio do futuro"

28, 29 e 30 de agosto de 1996 – FECAP

" Escola Pública: compromisso com a construção da cidadania"

26, 27 e 28 de agosto de 1998 – FECAP

" Escola Pública Municipal: certezas, possibilidades e desafios"

5 a 9 de julho de 2000 – FECAP

"Escola Pública de Sucesso"

22, 23 e 24 de agosto de 2001 – FECAP

“Educação como Direito”

09 a 13 de setembro de 2002 – FECAP

“Escola Pública Protagonista: Compromisso e Competência” - Hilton Hotel

11 a 15 de agosto de 2003

“Formar e transformar em novos tempos”

30 de agosto a 03 de setembro de 2004 - Hilton Hotel

“Ecopedagogia: educação com consciência planetária, compartilhando significados do cotidiano”

19 a 23 de setembro de 2005 – Teatro Gazeta e Hotel Jaraguá

“ Políticas Públicas de Educação: entre o discurso e a prática”

22 a 25 de agosto de 2006 – Teatro Gazeta e Faculdade das Américas

“Novas dimensões da responsabilidade: Bioética na Educação”

21 a 24 de agosto de 2007 – Teatro Gazeta e Reserva Cultural

“Vencendo os desafios do cotidiano escolar”

16 a 19 de setembro de 2008 – Teatro Gazeta e Reserva Cultural

“Do discurso à prática: Compromisso com a Escola Pública”

06 a 09 de outubro de 2009 – Teatro Gazeta e Reserva Cultural

“Educação em tempo integral: possibilidades e desafios para a Cidade de São Paulo”

21 a 24 de setembro de 2010 - Teatro Gazeta e Reserva Cultural

“Educação: Escolhas e Imposições”

setembro de 2011 - Teatro Gazeta e Reserva Cultural

“Empoderamento Social no Ambiente Escolar”

23 a 26 de outubro de 2012 - Teatro Gazeta e Reserva Cultural

“Educação para a inovação”

24 a 27 de setembro de 2013 - Teatro Gazeta e Reserva Cultural

“Trans-Formar: A educação na contemporaneidade pede mudanças”

23 a 26 de setembro de 2014 - Teatro Gazeta e Reserva Cultural

"30 anos de democracia: a educação como perspectiva"

03 a 06 de novembro de 2015 - Teatro Gazeta e Reserva Cultural

"Crises: riscos ou oportunidades?"

23 a 26 de agosto de 2016 - Teatro Gazeta e Reserva Cultural

Cursos

2000

- "Relações Institucionais na Escola Pública"

. Ínicio em 15 de março – PUC

- "Informática"

. Ínicio em 21 de março

- "Idiomas" - Espanhol e Inglês – SENAC

. Ínicio em setembro – SINESP

2001

- "Refletindo processos de inclusão na Educação"
- "Saúde inteligente" – Fase 1

. Início 06 de junho – SINESP

2002

- "Saúde inteligente" – Fase 2

. Início em 17 de setembro - SINESP

- Seminário de Formação Conjunta aos Conselheiros com o tema "Negociação Coletiva", com participação do DIEESE.

2003

- "Inovação e sucesso na escola: tarefa de todos" - GAL

. Início da 1ª turma em 21 de maio – SINESP

. Início da 2ª turma em 19 de agosto – SINESP

2004

- Extensão Universitária para Gestores Educacionais

. 2º semestre – Singularidades

2005

- "Curso de atualização universitária para gestores educacionais"

. Abril a junho

- Danças Circulares
- Coral

2006

- Curso para Diretores de Escola: "Comunicação na gestão educacional: formas e técnicas"

05 de setembro a 17 de outubro – SINESP

2007

- Curso de espanhol Básico e Conversação

. Início: 3ª semana de março – SINESP

- Curso para Supervisores

"A ação supervisora e a qualidade do trabalho escolar: uma questão pedagógica"

Início: 07 de maio – SINESP

2008

- Encontro de Coros - SINESP

2009

- Ciclo de palestras sobre "Consciência Negra" no mê de novembro

2010

- Relações raciais e desigualdade na educação brasileira – Dia da Consciência Negra
- Oficina de Ikebana – 19 de novembro – SINESP

2011

- Contribuições culturais, sociais e econômicas dos africanos pré e pós-abolição – Dia da Consciência Negra – SINESP

2012

- Pra começo de Conversa: curso de formação inicial

"O Gestor Educacional e o cotidiano escolar"

24, 27 e 29 de março – SINESP

- "Manejo de conflitos e facilitação de diálogo"

Curso de formação gratuito para filiados

1ª edição: 28 de abril 12 e 19 de maio – SINESP

2ª edição: 16, 23 e 30 de junho – SINESP

- "As contribuições da Neurociência para a prática educativa"

22 e 29 de setembro

e 20 de outubro – SINESP

2013

- As contribuições da neurociência para a prática educativa

04,18 e 25 de maio – SINESP

- Educação e novas tecnologias - EAD

de 14 março a 14 abril

- Currículo, cultura e práticas pedagógicas - EAD

13,20 e 27 de abril

- Educação e novas tecnologias: novos caminhos para a aprendizagem - EAD

20 de maio a 20 de junho

- Práticas de Educação Inclusiva: ação e reflexão - EAD

01 a 31 de julho

- Currículo, cultura e práticas pedagógicas

01 a 31 de agosto

• A sustentabilidade nas escolas - EAD
01 a 30 de setembro

• Gestão escolar: avaliação e projeto pedagógico
20 de outubro a 20 de novembro

2014

• Sábado no cinema: pedagogia e debate
22 de março a 26 de abril e 02 de agosto a 06 de setembro (aos sábados)

• Formação de formadores em contexto de trabalho
06 e 13 de setembro e 11 de outubro

• Curso de ikebana
05 de junho

• Curso Preparatório para o Concurso Público para Supervisor Escolar e Diretor de Escola

Setembro de 2015

• Currículo escolar e as literaturas africanas e afro-brasileiras
20 a 27 de outubro (aos sábados)

• Supervisão Escolar: identidade e profissionalização (EAD)

• Curso de mídias
29 de outubro e 17 de dezembro

2015

• Cultura digital e escola - EAD
04 de março a 13 de junho

• Gestão Escolar e o planejamento educacional - EAD
22 de junho a 01 de agosto e 21 de setembro a 31 de outubro

• Educação inclusiva: fronteiras e práticas - EAD
05 de outubro a 11 de novembro e 26 de outubro a 05 de dezembro

• Gestão escolar: o currículo como instrumento de formação da cidadania, projeto político pedagógico como trabalho coletivo - EAD
10 de agosto à 19 de setembro e 26 de outubro à 05 de outubro

• Educação para as relações etnorraciais no contexto escolar
14 e 28 de novembro (sábados)

2016

• Convivência democrática na escola: práticas de cidadania - EAD
10 de fevereiro

• Atualização em políticas públicas da educação básica: planos, programas e legislação - EAD
21 de março a 20 de abril

• Inclusão escolar: a escola a serviço da aprendizagem em todas as diferenças
09 de maio a 15 de junho

• Infância e suas abordagens: subsídios para a educação infantil - EAD
06 de junho a 06 de julho

• Atualização em didática: abordagens, metodologias e fronteiras - EAD
05 de outubro a 05 de novembro

• Diversidade na escola: (i)migrantes, etnias e gêneros - EAD
24 de outubro a 19 de novembro

• Consciência Negra: cidadania, cultura e identidade negra na escola – EAD
14 de novembro a 03 de dezembro

Encontro de Assistentes de Diretor

• 18 de novembro de 1994

Encontro de Coordenadores Pedagógicos

• Novembro de 1993

Ação dos profissionais na prática educacional

• 07 de outubro de 2003

Perfil e atuação do Coordenador Pedagógico – Hilton Hotel

Emilia Cipriano e Enzo Antônio Silvestrin

Encontro de Diretores e Supervisores

• 28 e 29 de abril de 1994 – Faculdades Oswaldo Cruz

"Novas exigências para a Gestão Educacional: Prioridades e Objetivos"

• 23 de maio de 96

"I Encontro de Supervisores"

• 21 e 26 de setembro de 2000

"I Encontro com Diretores de Escola"
Uma abordagem jurídica sobre o uso, o cuidado e a destinação da coisa pública

• 19 de junho de 2002

I Encontro Educacional de CEIs

• 27 e 28 de junho de 2002

" II Encontro dos Supervisores da Rede Municipal de Ensino"
O discurso oficial e a supervisão: ingenuidade ou resistência?

• 28 de agosto de 2002

Supervisores e a supervisão no Chile – Dr Andrés Troncoso Ávila

• 17 de agosto de 2004

Encontro de Diretores de CEIs
"Construção do Regimento de CEI"

• 27 de setembro de 2005

Encontro de supervisores: 10 anos da Supervisão Escolar efetiva no Município de São Paulo

• 05 de outubro de 2005

"Pra começo de conversa: formação inicial para novos empossados"

• 06 de dezembro de 2005

"Pra começo de conversa": 2ª turma

• 24 de maio de 2007

"II Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos dos CEIs"

CEI na Educação: Igualdade pra valer

• 12 de setembro de 2013

"III Encontro de Supervisores"

Estabelecimento das funções dos Supervisores junto a SME

Fórum Sindical e Educacional

"Fórum de Educação"

27, 28 e 29 de setembro de 1995

"Fórum de formação política e sindical"

junho de 1997

"O papel do Especialista de Educação na Construção do Projeto Pedagógico da Escola"

02 e 03 de abril de 1998

"Previdência e Providências"

27 e 28 de setembro de 1999

"Fórum educacional e sindical"

17 e 18 de agosto de 2000

"Políticas Públicas e Sociais na Educação Municipal"

29 e 30 de maio de 2001

"A arte de negociar: uma competência educacional"

11 e 12 de abril de 2002

"Previdência em Evidência"

15 e 16 de maio de 2003

"Plano Municipal de Educação: construção coletiva?!"

15 e 16 de abril de 2004

"Educação: Desvendando Mitos"

12 e 13 de abril de 2005

"Para onde vai a Educação?"

18 e 19 de maio de 2006

"Função social do servidor público: gestão de pessoas e políticas de valorização para a Educação"

19 e 20 de abril de 2007

"Educação: dimensão política do exercício profissional"

08 e 09 de maio de 2008

"Interfaces da gestão educacional"

16 e 17 de abril de 2009

"Política de Educação na Cidade de São Paulo: Gestor protagonista ou coadjuvante?"

15 e 16 abril de 2010

"Plano, currículo e metas nacionais de Educação: como fica a cidade de São Paulo?"

14 e 15 de abril de 2011

"Política Educacional Paulistana: Proposta dos Gestores"

03 e 04 de abril de 2012

"Humanização e conhecimento"

09 e 10 de abril de 2013

"Políticas de responsabilização e seus impactos nas escolas"

07 e 08 de maio de 2014

"Gestão Escolar faz a diferença"

05 e 06 de maio de 2015

"Educação como política pública no cenário atual"

05 e 06 de maio de 2016

Fórum Regional de Educação Infantil

- 28 de abril de 2005
- 02 de junho de 2005
- 10 de novembro de 2005
- 20 de abril de 2006

- 01 de março de 2007
- 24 de abril de 2007
- 26 de junho de 2007

Jornada Pedagógica

12, 13 e 14 de maio de 1999 – FECAP

"Refletindo a prática pedagógica e suas relações na Comunidade Escolar"

Palestras

Melhor idade

2001

- 24 de abril – "Meu tempo é agora" – Prof. Antonio Jordão Neto
- 03 de julho – "O universo do teu corpo" – Prof. Marco Antonio Chimento

2002

- 23 de abril – "Valorização da vida" – exposição e coquetel – radialista Amílcar Del Chiaro Filho
- 28 de maio – "Reiki " – exposição e coquetel
- 28 de junho – "Saúde e qualidade de vida" – coquetel Drª Alda Ribeiro
- 27 de agosto – "Kirliangrafia"– terapeuta holística Elizabeth de Souza e - recital de poesia e coquetel Marcos Mauricio e Zaqueu Machado

2004

- 08 de julho – "As peculiaridades dos idosos"– Dr. José Carlos Vilela médico geriatra
- 23 de outubro – "Debate sobre o referendo sobre a proibição do comércio de armas"

2008

15 de abril – "Ferida no corpo, apelo da alma" Drª Alda Ribeiro

2009

- Maio – Ciclo de Palestras: "Vivendo a maturidade"

  Dia 07 – "O poder indestrutível da alegria"

  Dia 14 – "A arte de dizer não"

  Dia 21 – "Técnicas de respiração e relaxamento antiestresse"

  Dia 28 – "Sonhar é bom, realizar é melhor"

Concurso de Coordenador Pedagógico

- 01 de junho de 1999 - Profª Aurea Sigrist
- 29 de junho de 1999 – Prof. Enzo Antônio Silvestrini
- Parceria PUC – de 28 de agosto a 18 de setembro de 1999 – COGEAE/PUC

Concurso de Diretor e Supervisor

- De 06 de janeiro a 05 de fevereiro de 2004 – Ciclo de palestras

Concurso de Diretor, Coordenador Pedagógico e Supervisor

- De 25 de agosto a 15 de outubro de 2009 – Ciclo de palestras

Concurso de Diretor de Escola e Supervisor Escolar

- De 14 de setembro a 28 de outubro de 2015 – Ciclo de palestras

Conferência internacional: Prof. Gilles Brougère

- 02 de agosto de 2006 – Teatro Gazeta

Consciência negra

- De 08 a 29 de novembro de 2006
- De 04 a 11 de novembro de 2009

"Reflexões e ações sobre a temática étnica/racial, racismo, discriminação, preconceito e intolerância"

- 03/10 e 14/11 – Consciência Negra – Relações Raciais e desigualdade na Educação brasileira
- 10 e 24/11 e 01/12 – Palestra com Profª Luana Antunes Costa, relacionado ao Dia da Consciência Negra

2010

- 23/06 – Palestra sobre qualidade de vida, com Janete Dias
- 28/09 – Estado nutricional: corpo e saúde, com Claudia Cezar

2011

- Maio (16, 18, 23, 25 e 30) e junho (01, 06, 08, 13, 15, 22)

Ciclo de palestras – Concurso de acesso para Coordenador Pedagógico

2012

- 27 de abril – Palestra da Profª Maria Vitória Benevides em reunião de RELTs - Sobre Direitos Humanos

- 22 de maio – Palestra da Psicopedagoga argentina Alicia Fernández em reunião de RELTs
- 24 de agosto – Palestra Conjuntura Econômica, com Leandro Horie, do DIEESE, em reunião do CREP

2013

- 27 de março – Palestra de Hugo Peres, sobre organização e luta sindical em reunião do CREP
- 11 de junho - Palestra de Leandro Horie, do DIEESE, sobre conjuntura nacional e negociação salarial em reunião do CREP
- 04 de dezembro - Palestra da Profª Fúlvia Rosemberg sobre diversidade e desigualdade na educação

2014

- 29 de abril – Palestra de Rudá Ricci sobre manifestações de rua em 2013, em reunião de RELTs
- 22 de maio – Palestra do Prof Aldo Fornazieri sobre conjuntura política e social, em reunião do CREP
- 05 de junho – Palestra da Profª Emília Cipriano sobre diversidade e desigualdade em reunião de RELTs

- 28 de agosto – Palestra e vivência com a Profª Vaneri de Oliveira sobre danças circulares

2015

- 09 de setembro, 07 de outubro e 18 de novembro – Ciclo de palestras sobre Dança Circular com a Profª Vaneri de Oliveira
- 21 de agosto – Palestra do Desembargador Reinaldo Cintra Torres de Carvalho sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, em reunião de RELTs
- 24 de setembro – Palestra da Profª Sandra Unbehaum sobre a questão de gênero nos planos de educação
- 25 de outubro – Palestra de Ruda Ricci sobre conjuntura da educação em reunião de RELTs
- 09 de dezembro – Palestra do Prof. Nelson Gonçalves sobre a prática lúdica como instrumento pedagógico em reunião de RELTs

2016

- 21 de março – Palestra do Jornalista João Franzin sobre ação e comunicação sindical, em reunião do CREP

- 08 de abril – Palestra da Profª Vera Martins sobre formas da equipe escolar trabalhar de maneira assertiva e inteligente, em reunião de RELTs
- 12 de setembro – Palestra do Auditor Fiscal Cássio V. Pereira sobre os perigos que ameaçavam os direitos dos trabalhadores, em reunião do CREP
- 08 de novembro – Palestra de Victor Gnecco Pagani, do DIEESE, sobre as propostas das Centrais Sindicais para a Reforma da Previdência, em reunião do CREP
- 30 de novembro – Palestra com o Prof. Silvio Aparecido de Souza sobre a história dos negros por meio dos currículos oficiais brasileiros

Seminários

- "Concurso Público de acesso e ingresso"

abril de 95

- "Reforma da Previdência"

junho de 95

- "I Encontro de formação sindical - Planejamento das ações do Sindicato'

16 a 18 de fevereiro de 2001

- "Intersindical de Educação Infantil"

17 de março de 2001

- "Aposentadoria" – Advogadas do SINESP

07 de junho de 2001

- "Educação Infantil: integração Creche/EMEI

19 e 21 de junho de 2001

- "II Encontro de formação sindical"

1º final de semana de fevereiro de 2002

- "III Encontro de formação sindical"

09 de março de 2002

- CREP's e– Embu

27 de abril de 2002

- "I Encontro Educacional dos CEIs"

19 de junho de 2002

- "Implantação das subprefeituras"

08 de outubro de 2002

- "Negociação coletiva"

14, 15 e 16 de outubro de 2002 – Atibaia

- "Intersindical: Coordenadoria de Educação na Subprefeitura"

11 de dezembro de 2002

- "Regimento Escolar"

maio e junho de 2003

- "Entendendo a Evolução Funcional do QPE"

26 de julho de 2003

- "Construindo um Regimento para a Infância"

12 e 19 de março de 2005

- "Construindo o Regimento da Infância"

12 e 13 de abril de 2005

- " O servidor e o serviço público"

29 de março de 2007 – Câmara Municipal

- "O impacto do FUNDEB no Município de São Paulo" na Câmara Municipal

10 de abril de 2007 – Câmara Municipal

- Encontro com o Legislativo: "Voz do aposentado: como superar as injustiças"

01 de junho de 2007

- "Pra começo de conversa" – Coordenadores Pedagógicos

12 de abril de 2008

- "Pra começo de conversa" – Formação inicial para Gestores Edcacionais

18 e 19 de maio de 2010

- Seminário Regionalizado: "Liderança: como trabalhar esta questão?"

Agosto (03, 10, 17, 24, 31) de 2010

- Seminário Regionalizado: "Liderança e êxito na gestão de pessoas"

Maio (03, 10, 17, 24 e 31) de 2011

- Seminário Regionalizado: "Ética no trabalho educativo e formação de valores."

Agosto (02, 09, 16, 23, 30) de 2011

Fontes de pesquisa

Jornal do SINESP – publicação mensal do Sindicato

Site do SINESP – www.sinesp.org.br

Site do DIEESE – www.dieese.org.br

MANFREDI, Silvia Maria - Educação Sindical entre o confronto e a crítica

MANFREDI, Silvia Maria - Formação Sindical no Brasil.

Estiveram com o SINESP em sua proposta de formação

•Prof. Gilles Brougère (França)

•Prof. Juan Cassasus (Chile)

•Prof. António Nóvoa (Portugal)

•Prof. Bernard Charlot (França/Brasil)

•Profª e Psicopedagoga Alícia Fernández (Argentina)

•Prof. Juan Carlos Tedesco (Argentina)

•Profª Marianne Franke-Gricksch (Alemanha)

•Prof. César Nunes - UNICAMP

•Prof. Philippe Perrenoud (França)

•Prof. Yves de La Taille - USP

•Prof. Mario Sérgio Cortella PUC

•Prof. José Sérgio Fonseca de Caravalho - USP

- **Profª Cláudia Cezar**
- **Ruben Alves (escritor)**
- **Içama Tiba (psiquiatra)**
- **Profª Maria Vitória Benevides**
- **Prof. Max Haetinger**
- **Profª Eunice Durham**
- **Emerson Kapaz (empresário)**
- **Profª Bernadete Gatti - USP**
- **Profª Vera Placco**
- **Profª Elba Sá Barreto**
- **Prof. João Palma**
- **Prof. Benedito P. Júnior**
- **Profª Maria Cristina Almeida**
- **Profª Maria Salaes**
- **Profª Maria Leila Alves**
- **Profª Selma Rocha**
- **Profª Ilca Oliveira Vianna**
- **João Figueiró (médico)**
- **Profª Gisela Wajskop - PUC**
- **Prof. Roberto Romano - UNICAMP**
- **Profª Heloisa Luck**
- **Profª Fátima Camargo**
- **Koshiro Otani (médico)**
- **Profª Maria Teresa Eglér Mantoan**
- **Profª Guiomar Namo de Mello**
- **Prof. Cesar Callegari**
- **Ana Maria Rossi (médica)**
- **Profª Rosita Edler Carvalho**
- **Profª Ana Maria Villela Cavaliere**
- **Profª Elvira de Souza Lima**
- **Prof. Luiz Carlos de Freitas - UNICAMP**
- **Prof. Juca Gil**
- **Profª Maria Celícia de Moura**
- **Profª Mari do Pillar Lacerda Almeida e Silva**
- **Profª Ordália Alves de Almeida**
- **Prof. Miguel Arroyo - UFMG**
- **Prof. Gabriel Chalita**
- **Profª Rosangela Gavioli Prieto**
- **Profª Livia Fraga Vieira**
- **Profª Elba Siqueira de Sá Barreto**
- **Profª Renata Barrichelo Cunha**
- **Prof. Joe Garcia -Universidade Tuiuti do Paraná**
- **Profª Maria Elizabeth Almeida**
- **Prof. Fábio Mauro de Medeiros**
- **Rudá Ricci (sociólogo)**
- **Prof. Giovanni Eldasi - USP**
- **Profª. Luciana Tognetta**
- **Prof. Jarbas Santos Vieira**
- **Albertina Duarte (médica)**
- **Prof. Wanderley Codo**
- **Profª Flávia Vivaldi**
- **Prof. Gabriel Perissé**

- **Prof. Luiz Carlos de Menezes**
- **Margarida Barreto (médica)**
- **Prof. Roberto Nicolau Shorr**
- **Prof. Walter Garcia**
- **Prof. Ezequiel Souza do Nascimento**
- **Profª Vera Martins**
- **Prof. Aldo Fornazieri-Escola mde Sociologia e Política**
- **Altamiro Borges (jornalista)**
- **Profª Terezinha Azeredo Rios**
- **Profª Emilia Cipriano Sanches**
- **Profª Belinda Mandelbaum**
- **Profª Célia Bernardes**
- **Profª Maria Elena Rise de Camargo Viana**
- **Prof. Nilson José Machado**
- **Prof. Renato Janine Ribeiro - USP**
- **Antônio de Souza Queiroz (jornalista)**
- **Prof. Júlio Furtado**
- **Prof. Paulo Sérgio Souto**
- **Prof. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça**
- **Profª Miriam Abramovay**
- **Prof. Zuher Handar**
- **Tânia Zagury (psicóloga)**
- **Prof. José Miguel Wisnik**
- **Prof. Romualdo Portela**
- **Prof. Marcos Meier**
- **Profª Cléo Fonte**
- **Profª Telma Pileggi Vinha**
- **Prof. Cláudio Cohen**
- **Volnei Garrafa (médico)**
- **Prof. Fábio Alberti Cascino**
- **Prof. Gilberto Dupas**
- **Prof. Flávio Boleiz**
- **João Guilherme Vargas Neto (consultor sindical)**